**Cruzar fronteiras facilita a compreensão da situação nacional?**

**Luís Nunes Vicente**

**Universidade de Coimbra**

[**http://www.mat.uc.pt/~lnv**](http://www.mat.uc.pt/~lnv)

**Educação e Emprego, n.3, 2011**

Quando dou as últimas aulas de uma disciplina pergunto aos estudantes se conseguem dizer quais foram os dois ou três factos mais importantes que aprenderam. Fico surpreendido, muitas vezes, com a sua incapacidade em enumerar os resultados mais relevantes que lhes foram ensinados ao longo do curso. Muito a custo, extraio-lhes nomes como o teorema fundamental do cálculo integral, a expansão de Taylor, entre outros. A retenção do essencial é dificultada, por um lado, pela extensão e intensidade dos planos curriculares, mas, também, por uma mensagem menos esclarecida sobre a importância relativa das coisas que se ensinam e transmitem. Sucede o mesmo com a escrita de um artigo de opinião, no sentido em que o seu objectivo será em parte alcançado se o leitor se conseguir lembrar, passados uns dias, do que se veiculou como sendo a mensagem mais relevante e dos principais argumentos que a sustentaram.

Tendo vivido mais de um terço da minha vida profissional no estrangeiro, sinto a obrigação de registar o que aprendi sobre o que nós, portugueses, fazemos menos bem. Foram cinco anos nos EUA, três meses no Canadá, quase um ano em França e inúmeras estadas de duas a três semanas em diversos países europeus e sul-americanos. Tive o privilégio de visitar várias das melhores universidades e centros de investigação mundiais. Tem sido uma experiência de vida única e extraordinariamente reconfortante mas, simultaneamente, um desafio permanente e uma interrogação saudável sobre a realidade em Portugal.

A análise do nosso estado actual foi feita e divulgada por quem mais estuda e investiga a história, a economia e a sociologia portuguesas. Relembram-se aqui, em todo o caso, as desvantagens do nosso ponto de partida, traduzidas numa localização periférica e uma topografia rugosa, bem como os desaproveitamentos históricos, das rotas comerciais que não soubemos gerir e manter às ajudas que simultaneamente gozámos e desperdiçámos. Tudo isto é bem conhecido. O que talvez seja menos bem entendido é a nossa condição actual. Nos anos setenta e oitenta era fácil deslocarmo-nos ao estrangeiro e constatar a ausência de auto-estradas em Portugal. O nosso atraso era facilmente mensurável mesmo aos olhos de um turista menos atento. Os 10 a 15 anos após a nossa entrada na União Europeia trouxeram o asfalto e o betão (e, infelizmente, um aumento desmesurado das expectativas, entre várias outras coisas menos boas). Hoje são muitos os que pensam que estamos melhor que há trinta anos no que à distância relativa aos melhores níveis europeus diz respeito. Esta sensação é enganadora. O que nos separa actualmente do melhor padrão europeu é menos perceptível a quem sai em turismo ou mesmo para frequentar conferências ou eventos. Ressurge um fosso no que está para além das grandes infra-estruturas, como, por exemplo, na qualidade da cadeia de transportes públicos e suas diversas interfaces, na inteligência e adequação dos edifícios, na criatividade das soluções urbanas, na integração dos novos espaços na malha histórica das cidades e no aproveitamento em rede dos recursos energéticos. Estamos, novamente, a ficar longe da média europeia mas, lendo a realidade permanentemente à custa de índices estatísticos, frios e limitados, não conseguimos elaborar, qualitativamente, sobre este nosso *novo* atraso.

Por outro lado, a cartilha que nos oferecem obriga-nos a constantemente parafrasear expressões como aumento da produtividade, novas tecnologias, justiça célere, tudo aparentemente ao nosso alcance com um nada mais de esforço. Feito o (meu) diagnóstico, o que leva a escrever este texto, para além da minha obrigação de contribuir enquanto editor desta rubrica, é o desejo de ir para além deste receituário vago, de tentar perceber, a um nível mais básico ou, se quisermos, mais radical, o que nos distingue e o que nos poderia aproximar daqueles que mais e melhor estudam, criam e produzem. Dito de forma simples mas ambiciosa, aspiro a contribuir para o esboço de um programa de governo para o comportamento profissional. Porém, antes de avançar, aviso que o faço sem moralismo - tomara eu próprio melhorar em todos os domínios que enumero a seguir - e com o reconhecimento da posição enviesada que o meu posicionamento enquanto académico e cientista me coloca.

Em primeiro lugar, venho falar-vos da falta de confiança dos portugueses. Desconfiamos naturalmente uns dos outros. Montamos tudo em torno de assunções ou suspeitas exageradas. Com isso complicamos as nossas próprias construções. São exemplos disso a nossa arquitectura jurídica e o processamento administrativo do Estado. Ocorre-me dizer, a título de exemplo, que as actas em Portugal raramente são escritas ou vistas enquanto documentos de suporte para trabalho futuro mas como constrangimentos ao acordado em reunião. Cada português vive como administrador-delegado de uma empresa unipessoal operando no mercado dos seus próprios assuntos secretos e almejando a glória por feitos insignificantes. A falta de confiança é um sinal de fraqueza. Não confiando delega-se menos, anseia-se mais e trabalha-se pior. Sem confiança não se assume o risco de um investimento incerto.

A seguir, destaco a pouca responsabilidade nacional no momento de prestar contas e reconhecer o erro. As consequências desta cultura desresponsabilizante são várias, diluindo as causas e perturbando a transparência. Confunde-se, frequentemente, a falta voluntária no dever (ou seja, a culpa) com a causa de um efeito danoso. Bem sei que a ciência avançaria melhor se se publicassem resultados inesperadamente negativos do que a avalanche de minúsculas contribuições positivas que por vezes polui mais do que alarga o especto do saber. Mas há na cultura científica um reconhecimento do erro e um afastamento, por necessidade, da opacidade que constituem um modelo a considerar.

A terceira característica dos portugueses que sinto possível de melhoramento é o excesso de formalidade. Somos muito formais. Não o fazemos nem com a cortesia britânica, subtil e ambígua, nem com a inovação francesa nesta matéria. A nossa formalidade forma um obstáculo pois sobrepõe-se frequentemente a relações pessoais e profissionais mais naturais e produtivas, introduzindo um ruído nocivo na administração e na burocracia. É igualmente uma forma de esconder a nossa fraqueza. Somos formais com os outros porque gostamos que estes sejam formais connosco e porque sentimos, desta forma, um falso aumento da nossa putativa importância.

Porém, qualquer que seja o caderno de encargos para o nosso progresso, perguntamo-nos sempre quem o conseguiria executar. Aqui, é comum dizer que as nossas elites são fracas, como se um gene luso nos impedisse de gozar melhores lideranças. As nossas elites dirigentes são fracas por falta de treino e ausência de recompensa. Um plano minimamente articulado, dinheiro e a perspectiva de ganhos ou a expectativa de sucesso fariam com que fôssemos bons num determinado desporto ou mesmo numa dada ciência. Da mesma forma, um plano de formação e treino, um sistema promotor do mérito e o aumento da atractividade dos cargos dirigentes aumentariam o elitismo da nossa governação.